

ANDRÉ MENDES MOREIRA

Prefácio

Humberto Ávila

NEUTRALIDADE,
VALOR ACRESCIDO
E TRIBUTAÇÃO

Belo Horizonte

FORUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

2019

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virgínia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármen Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvania Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

41073

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

M838n Moreira, André Mendes

Neutralidade, valor acrescido e tributação/ André Mendes Moreira.– Belo Horizonte : Fórum, 2019.

232p.; 14,5cm x 21,5cm
ISBN: 978-85-450-0716-6

1. Direito Tributário. 2. Direito Constitucional. I. Título.

CDD 341.39
CDU 351.72

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MOREIRA, André Mendes. *Neutralidade, valor acrescido e tributação*. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 232p. ISBN 978-85-450-0716-6.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	13
NOTA DO AUTOR	17
1 INTROITO	19
1.1 O IVA e a neutralidade	19
1.2 Neutralidades vertical e horizontal	27
1.3 Plano da obra	31
2 VALOR NEUTRALIDADE: DA ECONOMIA PARA O DIREITO	35
2.1 Os sentidos econômicos do vocábulo neutralidade.....	35
2.2 Neutralidade no direito.....	42
2.2.1 Conceito	42
2.2.2 A neutralidade e o IVA	45
3 NEUTRALIDADE TRIBUTÁRIA E O IVA EUROPEU	49
3.1 Do Tratado de Roma à Diretiva IVA.....	49
3.2 Neutralidade vertical na Diretiva IVA.....	54
3.2.1 Os principais dispositivos relacionados ao direito de crédito..	54
3.2.2 Os testes do consumo e econômico para crédito do IVA	56
3.3 Posicionamento da Corte de Justiça da União Europeia.....	59
3.3.1 Considerações preliminares	59
3.3.2 Da conexão restritiva à ampliativa	61
3.3.2.1 Anos 1980.....	61
3.3.2.2 Anos 1990.....	66
3.3.2.3 Primeira década dos anos 2000.....	71

3.3.2.4	De 2010 à atualidade	86
3.3.2.4.1	A continuidade do entendimento pretérito	86
3.3.2.4.2	Uma pedra no caminho.....	89
3.3.2.4.3	Retomada do bom direito	92
4	NEUTRALIDADE TRIBUTÁRIA NO BRASIL.....	101
4.1	Tributação do consumo e regras aplicáveis	101
4.1.1	Da proclamação da República à Constituição de 1946.....	101
4.1.1.1	Imposto de Consumo	101
4.1.1.2	Imposto sobre Vendas e Consignações.....	110
4.1.1.2.1	Imposto Federal sobre Duplicatas de Faturas Comerciais	110
4.1.1.2.2	Imposto Estadual sobre Vendas e Consignações Rurais, Industriais e Mercantis.....	112
4.1.1.3	Imposto de Indústrias e Profissões.....	116
4.1.2	Da Emenda Constitucional nº 18/65 aos dias atuais	119
4.1.2.1	Visão panorâmica.....	119
4.1.2.1.1	Ambiente reformista.....	119
4.1.2.1.2	Primeira obra: a EC nº 18/65 em sua redação original.....	121
4.1.2.1.3	Ajustes empreendidos pela Constituição de 1967 e pela EC nº 01/69.....	124
4.1.2.1.4	Constituição de 1988.....	125
4.1.2.2	Tributos sobre o consumo pós-EC nº 18/65	126
4.1.2.2.1	IPI.....	126
4.1.2.2.1.1	Constitucionalização da não cumulatividade.....	126
4.1.2.2.1.2	Início.....	128
4.1.2.2.1.3	Inovação.....	129
4.1.2.2.1.3.1	RIPI/72 e o Parecer Normativo CST nº 181/74.....	129
4.1.2.2.1.3.2	Consumo imediato.....	135
4.1.2.2.1.3.3	Consumo integral (inutilização completa em etapa única).....	137
4.1.2.2.1.3.4	Exigência cumulativa de consumo imediato e integral.....	139
4.1.2.2.1.4	Insistência no equívoco	142
4.1.2.2.2	ICM.....	147
4.1.2.2.3	ICMS.....	150
4.1.2.2.3.1	Período do Convênio ICM nº 66/88.....	150
4.1.2.2.3.2	Lei Kandir.....	152
4.1.2.2.3.2.1	Crédito financeiro	152

4.1.2.2.3.2.2	Crédito financeiro mitigado	155
4.1.2.2.3.3	Quadro comparativo.....	157
4.1.2.2.4	Contribuição para o PIS e a Cofins.....	160
4.2	Direito ao crédito sobre insumos e o STF.....	162
4.2.1	Imposto de Consumo	164
4.2.1.1	Debates iniciais.....	164
4.2.1.2	Imposto de Consumo e os produtos intermediários	168
4.2.1.2.1	Conceito de bens intermediários	168
4.2.1.2.2	Outras questões relativas à neutralidade	171
4.2.2	Imposto sobre Produtos Industrializados	173
4.2.2.1	Gênese da pugna jurisprudencial	173
4.2.2.2	<i>Leading case</i> sobre consumo imediato e integral.....	175
4.2.2.3	Jurisprudência subsequente	180
4.2.3	ICM.....	182
4.2.3.1	Primeiras lides.....	182
4.2.3.2	Bens intermediários.....	183
4.2.3.2.1	Novidade de um tributo para além da etapa industrial	183
4.2.3.2.2	Precedentes	185
4.2.4	ICMS e os bens intermediários	191
4.2.5	PIS/Pasep e Cofins.....	196
4.2.5.1	Matéria constitucional e o STF	196
4.2.5.2	Entendimento do STJ.....	199
4.2.5.2.1	Correntes de pensamento	199
4.2.5.2.2	Curso da votação e o resultado	201
5	CONCLUSÕES	205
5.1	Neutralidade como princípio e sua gradação.....	205
5.2	IVA europeu e a neutralidade ampliativa	208
5.3	A não cumulatividade no Brasil e a neutralidade restritiva ...	211
5.3.1	Neutralidade seminal.....	211
5.3.1.1	Imposto de Consumo	211
5.3.1.2	IPI.....	213
5.3.1.3	ICM.....	218
5.3.2	Contemporaneidade e o futuro.....	220
	REFERÊNCIAS.....	225